

REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES: A EXPERIÊNCIA DE GRADUADAS EM PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO NÃO ASSISTENCIAL DA RESIDÊNCIA EM SAÚDE COLETIVA

Psicologia; Saúde Coletiva; Gestão; Regionalização

Introdução

A formação em Psicologia historicamente privilegia espaços de cuidado direto ao usuário, enquanto aspectos relacionados à gestão e saúde coletiva ficam em plano secundário, com isso a inserção de psicólogos na residência em Saúde Coletiva transforma a lógica assistencialista tradicional da profissão, direcionando o olhar para a macropolítica e para a descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas instâncias de gestão regional, o psicólogo se depara com a complexidade de articular redes de atenção em territórios plurais, tornando-se fundamental compreender como diferentes trajetórias formativas em Psicologia convergem para qualificar os processos de gestão, planejamento e apoio institucional em saúde. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência interprofissional e analisar as percepções e contribuições de três residentes de psicologia atuantes em distintas regiões de saúde.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, descritiva e reflexiva, fundamentado nas vivências de três graduadas em psicologia, inseridas individualmente como residentes em regiões distintas. A análise baseou-se no cruzamento das percepções do processo formativo de cada profissional oriundos de diferentes universidades, estados e tempos de graduação associada à observação participante e sistemática do cotidiano do trabalho sanitário e na gestão regionalizada no SUS durante o período de residência.

Resultados / Discussão

Os diálogos evidenciam que a diversidade nas formações de origem, longe de ser um obstáculo, funcionou como um elemento potencializador de leituras críticas sobre a gestão pública. O estranhamento inicial diante dos processos burocráticos e da fragmentação das redes territoriais foi compartilhado por todos, contudo, a identidade da Psicologia na gestão regional se consolidou através de contribuições transversais: a capacidade de análise institucional das relações de poder entre os municípios e o estado; a facilitação de espaços coletivos e de governança; e a introdução da dimensão da subjetividade no planejamento estratégico. A visão multifacetada das três regionais de saúde demonstrou que a psicologia contribui para humanizar e democratizar as decisões macroestruturais, atuando como um elemento integrador que tensiona e qualifica a articulação da rede de atenção à saúde. Essa prática de construção coletiva encontra eco na concepção dialógica ressaltada por Karpen (2018), ao indicar que o diálogo autêntico emerge quando se valoriza e respeita a alteridade do outro no espaço do 'entre', permitindo a criação de pontes e articulações em sistemas complexos, além de permitir observar fenômenos sociais com um olhar a partir do território que os profissionais podem iniciar seu olhar sobre o sintoma e queixa dos usuários ou seja, é no bairro, na família, nas relações imediatas do campo da particularidade na vida cotidiana que os sintomas surgem e/ou se consolidam (Zurba, 2011).

Considerações Finais

A articulação das vivências nas diferentes áreas reafirma que a atuação da psicologia no campo não assistencial é legítima, estratégica e necessária para o fortalecimento do SUS em conjunto com diversidade formativa dos residentes enriqueceu a prática, provando que as ferramentas conceituais da psicologia são fundamentais para mediar conflitos interfederativos, fortalecer o apoio institucional e construir redes de saúde mais equitativas, dialógicas e conectadas com a realidade singular de cada território regionalizado.

Link Adicional



Referência Bibliográfica

KARPEN, Magaly Fernandes Santiago. Desenvolver humano: uma ampliação de campo para a Gestalt-terapia. Revista do NUFEN, Belém, v. 10, n. 2, p. 108-126, maio/ago. 2018. DOI: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol10.no2ensaio37. Acesso em: 20 jul. 2026; ZURBA, Magda do Canto. Contribuições da Psicologia Social para o psicólogo na saúde coletiva. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. spe., p. 5-11, 2011. Acesso em: 20 jul. 2026